

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: » Podemos contar?	2
Título: » Linha de corte.	2
Título: Fazenda Nacional e Eletropaulo estão entre os credores	3
VEÍCULO: Valor Econômico.....	4
Título: Leilão do excedente da cessão onerosa pode sair depois da eleição, diz ANP	4
Título: Energia deve ficar 10% mais barata após linhão do Madeira.....	5
Título: Anglo Gold quer mais tempo de trabalho nas minas	7
Título: Destaques	9
Título: ANP decide interditar a Replan.....	10
Título: BR quer acelerar parcerias para loja de conveniência.....	11
Título: CSN sinaliza às montadoras alta de preço em até 30% para 2019	13
Título: Produtoras do pré-sal despontam como fornecedoras de gás	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/08/2018****Seção: Colunas****Autor:****Título: » Podemos contar?**

A Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio) prepara sugestões para apresentar aos candidatos a presidente. A ideia é obter um compromisso de que, se eleitos, os políticos colocarão em prática, a partir de 2020, a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e o aumento gradual da mistura de biodiesel ao diesel, hoje em 10%. A primeira reunião será com a equipe de Marina Silva (Rede).

» Falta logística.

O diretor executivo do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de Mato Grosso (Sindalcool/MT), Jorge dos Santos, está preocupado com o escoamento do etanol produzido ali. Foram feitos investimentos para a construção de três usinas de etanol de milho em Sorriso, Sinop e Campo Novo do Parecis, e duplicação de outra unidade, em Lucas do Rio Verde. Com isso, a produção mato-grossense do biocombustível deve dobrar, de 1,5 bilhão para 3 bilhões de litros em 2020. “O problema é que a logística não será expandida na mesma proporção”, ressalva.

COLABOROU NAYARA FIGUEIREDO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Andreza Matais****Título: » Linha de corte.**

Coluna do Estadão

O governo federal já está traçando cenários para liquidar as distribuidoras da Eletrobrás no Amazonas e Alagoas prevendo que não será possível leiloá-las este ano.

COM NAIRA TRINDADE E JULIANA BRAGA. COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/08/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Fazenda Nacional e Eletropaulo estão entre os credores

Diretórios do MDB somam pouco mais de R\$ 11 mil em protestos registrados – a maior parte deles, R\$ 10,8 mil, contra o escritório municipal em São Paulo, que tem como credor a Fazenda Nacional. A assessoria de imprensa do diretório estadual paulista disse que o partido tomou conhecimento de um protesto no valor de R\$ 677 feito pelo Município de São Paulo pela reportagem do Estado e que providenciará o pagamento.

O MDB nacional não reconhece um protesto feito pelo Tribunal de Justiça do Tocantins no valor de R\$ 133,50 e registrado no município de Miracema. A representação municipal não foi localizada pela reportagem. A Rede contesta a cobrança de R\$ 2 mil protestados em maio deste ano por uma imobiliária num cartório em Rio Branco, no Acre. De acordo com o porta-voz da sigla no Estado, Júlio Cesar Freitas de Sousa, o partido não tinha conhecimento da cobrança.

"A Rede Acre não assumiu nenhuma dívida. Com certeza esse boleto refere-se ao primeiro aluguel de uma sede provisória que alugamos naquele mês. Posso garantir que os aluguéis estão rigorosamente em dia e que esse protesto foi absolutamente indevido." Contra o diretório paulista do PSOL, foram localizados três protestos; um que acusa o não pagamento de uma conta de luz no valor de R\$ 333 à Eletropaulo, e dois da Fazenda Nacional referentes a multas eleitorais, que totalizam R\$ 44,2 mil.

Já o PSL do Rio tem R\$ 6,9 mil protestados pela Fazenda Nacional, também referentes ao não pagamento de multas. O PPL nacional tem dois "calotes" em aberto registrados pela Eletropaulo que somam R\$ 245 e um no valor de R\$ 5 mil indicado por uma rede de hotéis do Distrito Federal. Os partidos não responderam aos questionamentos da reportagem. CNPJ. O levantamento do Estado foi feito com base nos CNPJs dos diretórios nacionais dos partidos que disputam a Presidência e também das representações estaduais e municipais

referentes ao domicílio eleitoral dos candidatos. Os dados foram levantados no Instituto de Estudos de Protestos de Título do Brasil. / M.L.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Leilão do excedente da cessão onerosa pode sair depois da eleição, diz ANP

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, disse acreditar que o megaleilão do excedente da cessão onerosa ainda pode ser realizado neste ano, mas apenas após as eleições. Com isso, porém, se o presidente eleito for contrário ao leilão, o diretor não vê condições políticas para realizar o certame no fim deste ano, mesmo sob a gestão Temer.

"Acredito [no leilão do excedente da cessão onerosa ainda neste ano]. Havendo uma decisão [do governo], o leilão pode ser feito", disse Oddone, "O leilão não será mais antes da eleição. Então, não acredito que o leilão venha a ocorrer [no fim do ano], se não for do interesse do próximo governo. Mesmo se for em novembro ou dezembro, se o próximo governo se manifestar desconfortável, não acredito que haja condição para o leilão ser feito", completou.

A afirmação foi feita em debate promovido pelo escritório Mattos Filho e a agência "epbr", especializada em petróleo e política energética, para uma pequena plateia, formada por advogados, analistas e especialistas da área, além de representantes de companhia do setor, na última sexta-feira, no Rio.

O governo aguarda aprovação no Senado para o projeto de lei que permite à Petrobras vender a participação de 70% nas áreas da cessão onerosa, medida que tornaria viável o megaleilão. Segundo Oddone, se o projeto for aprovado e o governo determinar a realização do leilão, a agência poderá acelerar a realização de todo o trâmite para o certame em três meses.

"Vamos deixar o leilão pronto. Se a decisão política for efetivar o leilão, faremos o leilão. Se a decisão não for, será lamentável, na minha opinião. Mas vamos deixar pronto, e quem vier [a governar o país] decidirá", disse ele.

Oddone acrescentou que a não realização do leilão provoca um desperdício "extraordinário" de recursos que poderiam estar sendo explorados e produzidos. "Eu gostaria de ver, como regulador e cidadão brasileiro, que esta questão da cessão onerosa se resolvesse da forma mais rápida possível".

De acordo com estimativas de laudo contratado pela ANP, a área do excedente da cessão onerosa pode conter reservas de 10 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Esse volume, segundo os cálculos do diretor, pode resultar em uma arrecadação fiscal de R\$ 1,8 trilhão, durante os 30 anos de contrato, o equivalente a R\$ 60 bilhões por ano, "em um país que tem uma luta extraordinária para tratar de um déficit fiscal de R\$ 159 bilhões".

O diretor da ANP também disse ser importante acelerar o programa de desinvestimentos da Petrobras, para retomar investimentos e o desenvolvimento de recursos petrolíferos em áreas maduras, principalmente da Bacia de Campos.

Segundo ele, apesar de todo o sucesso obtido pela agência e o governo na licitação das áreas do pré-sal, é importante retomar a oferta de áreas na Bacia de Campos. O diretor disse que o período de cerca de dez anos em que não houve licitações de áreas atrasou o desenvolvimento da região, uma das mais importantes em termos de produção petrolífera do país.

"A retomada [do setor petróleo] do ponto de vista macro, em termos de produção [petrolífera] e fiscal, está dada, pela magnitude do pré-sal. Mas o que ainda não está dado, e demanda um trabalho gigantesco e desafiador, é a retomada da indústria [petrolífera] como um todo", afirmou o diretor.

Sobre o programa de subvenção do diesel, o diretor da ANP disse que os pagamentos às empresas ainda pendentes, devem-se à documentação dos pedidos ainda em análise pela autarquia ou por solicitação pela agência de mais informações das empresas, além de eventuais problemas cadastrais.

Na última semana, a ANP divulgou relação com a situação dos pedidos de pagamento. Até o momento, foram aprovados pagamentos a quatro empresas: Dax Oil Refino, Refinaria de Petróleo Riograndense, Petro Energia Indústria e Comércio e Sul Plata Trading do Brasil, referentes à primeira fase do programa.

No caso da Petrobras, segundo a autarquia, os pedidos foram analisados, mas foram solicitados dados adicionais à estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Energia deve ficar 10% mais barata após linhão do Madeira

A antecipação da conclusão das obras do linhão que vai escoar a energia gerada nas usinas do complexo do rio Madeira deve possibilitar uma redução dos preços de energia no mercado à vista (PLD, na sigla para preço da liquidação das diferenças) em cerca de 10% a partir de outubro, calculam especialistas.

Um problema técnico no chamado "eletrodo de terra" atrasou as obras de um dos linhões do Madeira, construído pela concessionária IE Madeira. O eletrodo original foi erguido sobre uma placa de granito, o que poderia comprometer sua operação e de toda a linha de transmissão, que, por ser de alta-tensão, tem o potencial de interromper o abastecimento de energia em grande parte do país.

A nova previsão era que a estrutura seria concluída em novembro do ano que vem, mas as obras foram antecipadas, e o novo eletrodo de terra deve ser disponibilizado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no fim de outubro, um ano antes do planejado.

Isso vai ampliar a capacidade de escoamento da energia gerada pelas hidrelétricas do Madeira (Jirau e Santo Antonio) de 5.800 megawatts (MW) para 7.300 MW, aumento de 1.500 MW.

De acordo com Sandro Antonio Saggiorato, gerente de risco de mercado de energia da Electra Energy, mesmo que as duas usinas ainda não estejam gerando sua capacidade total, devido ao regime de chuvas da região, a redução do preço vai acontecer porque o ONS passará a incluir no planejamento toda a capacidade de escoamento dessa energia.

Isso acontece porque os preços vão incorporar a previsão de queda no valor da "água" futura, diminuindo a necessidade de geração térmica. O PLD é calculado com base em dois modelos computacionais: o Decomp, que só considera parâmetros com dois meses de antecedência, e o Newave, que considera um prazo de cinco anos. Será a mudança de parâmetros no Newave que vai causar a queda do preço de energia.

"Como haverá mais capacidade de escoamento, as usinas da região Norte vão contribuir mais em termos de energia transportada para o Sudeste, que é o grande polo consumidor", afirmou Andrew Storfer, presidente da comercializadora América Energia. Pelos seus cálculos, o PLD pode recuar de R\$ 35/MWh a R\$ 40/MWh a partir de outubro, dependendo do desempenho da hidrologia, fundamental para a recomposição dos reservatórios do Sudeste.

A Electra Energy prevê que o PLD de outubro na região Sudeste vai passar de R\$ 373 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 333,63/MWh com a antecipação do linhão. Em novembro, a redução será de R\$ 224/MWh para R\$ 203,36/MWh.

O aumento do potencial de escoamento de energia do Norte também ajudará a reduzir a chance de que o cenário visto em março e abril deste ano se repita. Na ocasião, o PLD do Norte ficou no valor mínimo deste ano, em R\$ 40,16/MWh, enquanto o do Sudeste teve preços de até R\$ 240/MWh, pois os limites de transferência de energia entre as regiões do país foram atingidos.

O aumento do limite de escoamento da energia do Madeira depende de testes pelo ONS. Se o efeito ficar para novembro, Storfer calcula que a queda no PLD poderá ser de até R\$ 50/MWh.

A partir de janeiro de 2019 é que a capacidade plena do linhão será, de fato, testada, com crescimento substancial das vazões do Madeira. Segundo Saggiorato, entre janeiro e junho, o Sudeste contará com mais de 1.500 MW médios de energia a mais como resultado disso.

Mesmo assim, os especialistas explicam que a bandeira tarifária deve permanecer vermelha-patamar 2 até novembro, pois a metodologia do mecanismo considera também o risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês), que deve continuar alto até o início do período chuvoso do ano, em dezembro.

Ainda assim, o consumidor do mercado cativo deverá ser beneficiado pela menor necessidade do despacho de termelétricas, que acabam sendo pagas por todos, por meio de encargos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Sabará (MG)

Título: Anglo Gold quer mais tempo de trabalho nas minas

Dia e noite, em turnos que se revezam 24 horas por dia, funcionários da Anglo Gold Ashanti entram em túneis abertos na rocha e descem em minas subterrâneas em busca de ouro. Lá dentro, protegidos com máscaras e trajes especiais, operam grandes perfuradoras do tamanho de ônibus, escavadeiras e caminhões, entre outros equipamentos usados na extração de minério com ouro.

A Anglo, terceira maior produtora de ouro do mundo e a primeira no Brasil, é especialista em mineração de subsolo e tem em vista chegar a depósitos já sondados que estão a 2.000 metros de profundidade em Minas Gerais. Mas a empresa quer mudanças na lei.

Assim como outras mineradoras que operam minas subterrâneas, a Anglo diz que o país precisa atualizar as regras de trabalho para esse tipo de negócio e ampliar o tempo máximo que o mineiro pode ficar debaixo de terra. Hoje o máximo diário é de seis horas.

"Essa é uma forte reivindicação nossa. Operamos aqui da mesma forma que em qualquer lugar", disse Camilo Farace, presidente no Brasil da Anglo Gold. "No Canadá e na Austrália a jornada de trabalho subterrânea é de 12 horas."

A Anglo tem "know-how" em minas profundas. Na África do Sul, opera a 3.000 metros abaixo da superfície. No Brasil, a maior mina, Cuiabá, em Sabará (MG), funcionários vão a 1.300 metros. É lá onde foram identificados depósitos a 2.000 metros, ainda não explorados. A mina de Lamego, também em Sabará, está sendo ampliada e aprofundada, avançando sob o município de Caeté. Lamego tem hoje 500 metros de profundidade.

A Anglo Gold mantém nas suas seis minas - em Minas Gerais e Goiás - cinco equipes que trabalham em quatro turnos de seis horas ao longo de 24 horas por dia. São 7 mil empregados.

Do ponto de vista do negócio, a lei que impõe as seis horas máximas representa custos maiores. "Isso também afeta a produtividade. Os trabalhadores levam meia hora para descer até a frente de lavra e mais meia hora para subir", diz Farace. O tempo gasto no trajeto não é computado como trabalho efetivo e parte do turno de seis horas.

À medida que os depósitos explorados vão ficando mais fundo, o tempo de deslocamento aumenta e o de trabalho efetivo diminui. Farace diz que em termos globais, 16% da mineração em geral é subterrânea, no Brasil não chega a 4%.

"O Brasil precisa avançar nessa legislação. Esse é um ponto que nós clamamos muito para que a mineração de subsolo possa se desenvolver e crescer no Brasil", disse. "Se houvesse uma revisão da legislação, o país se tornaria mais atrativo para investimentos em mineração de subsolo."

Além das minas da Anglo, há mineração subterrânea de ouro na Bahia, de carvão em Santa Catarina, de potássio em Sergipe e de zinco em Minas Gerais.

O capítulo 10 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que é de 1943, faz uma série de restrições ao trabalho em minas subterrâneas. Além das seis horas, veda trabalho feminino e menores de 21 anos. Maiores de 50 anos também estão proibidos. O texto prevê a possibilidade de jornadas de oito horas, contanto que acordados com trabalhadores e com aval de autoridades.

"Na época em que a CLT foi criada, não havia equipamentos de hoje na mineração subterrânea e a ideia era poupar o trabalhador. Mas de lá para cá houve evolução dos equipamentos, das condições de saúde e de segurança", diz Marcelo Tunes, diretor de assuntos minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade representativa das mineradoras.

Segundo ele, o tema chegou a ser objeto de um projeto de lei que não prosperou; o novo marco regulatório da mineração não enveredou para a seara trabalhista; e a reforma trabalhista aprovada pelo governo do presidente Michel Temer (MDB) não tocou nesse capítulo. "Mas isso está na pauta do Ibram", diz Tunes. Com o período pré-eleitoral, a proposta ficou congelada. A expectativa, disse ele, é que com o próximo governo a discussão possa ganhar espaço.

Tunes diz que há casos em que a extensão da jornada já é defendida pelos trabalhadores. Em Minas Gerais, no entanto, os mineiros parecem rejeitar a ideia. "Isso é um absurdo" resume Delma Andrade, advogada e coordenadora do departamento jurídico do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e Região. Sua área de atuação abrange as minas da Anglo Gold.

"A discussão sobre a jornada nos preocupa porque o trabalho nas minas é exaustivo. Tem as questões da iluminação, temperatura elevada e circulação de ar", afirma.

Delma diz que em outros países os investimentos em minas subterrâneas são maiores e as condições de trabalho, melhores. A Anglo sustenta que as condições de suas minas são comparáveis com as de outros países onde o trabalho subterrâneo pode durar mais tempo.

A empresa - cuja história no Brasil começou em 1834 - faturou no ano passado US\$ 702 milhões e produziu 17,3 toneladas de ouro no país. A unidade brasileira é responsável por 15% da produção mundial da empresa e de 20% de sua geração de caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério sobe 1,25%

Em um dia de respiro generalizado após uma semana turbulenta por conta da disputa comercial entre Estados Unidos e China, o minério de ferro se recuperou na sexta-feira. Os preços do produto com teor médio de 62% de ferro entregue em Qingdao subiram 1,25% e chegaram a US\$ 67,03 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos com vencimento em janeiro avançaram 0,3%, para 490,50 yuans (US\$ 71,30). O aço também teve dia positivo. Na Bolsa de Futuros de Xangai, a bobina a quente para entrega em janeiro teve alta de 1%, para 4.304 yuans, enquanto o vergalhão do mesmo mês registrou ganhos de 0,5%, para 4.334 yuans.

Crescimento da Energisa

A Energisa informou que o consumo consolidado de energia elétrica, no mercado cativo e livre, cresceu 6% em julho, ante mesmo período de 2017, a 2.451,3 gigawatts-hora (GWh), maior avanço desde 2013, graças à contribuição de todas as suas nove distribuidoras. Ao considerar o fornecimento não faturado, o volume totaliza 2.432,8 GWh, o que significa um aumento de 7% na mesma base de comparação. O consumo consolidado de 459,3 GWh no mercado livre cresceu 13,1% em julho, enquanto o consumo consolidado cativo, de 1.992,0 GWh, aumentou 4,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: ANP decide interditar a Replan

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou à Petrobras a medida cautelar de interdição da Refinaria de Paulínia (Replan), atingida por um incêndio na segunda-feira da semana passada.

Segundo a ANP, a interdição visa garantir a segurança operacional das instalações e evitar novos acidentes, diante da possível retomada da operação das unidades da refinaria que não foram afetadas no acidente. A Petrobras informou na quinta-feira que retomaria as operações nos próximos dias.

Para retornar com as atividades, a ANP exige que a Petrobras envie documentos e informações que comprovem as condições de segurança adequadas e informa que a estatal petroleira precisa aguardar comunicado de desinterdição das instalações.

A ANP também comunica que o incêndio afetou três unidades: U-683 (tratamento de água ácida), U-220A (craqueamento catalítico) e U-200 (destilação atmosférica). Na quinta, a Petrobras informou que o acidente havia afetado apenas duas unidades.

Também segundo a agência reguladora, o acidente iniciou com uma explosão no tanque TQ-68301, da U-683, seguido de incêndio do material inflamável contido no tanque, que se espalhou pelas outras duas unidades e em parte da tubovia principal. O fogo foi extinto por volta das 4 horas da manhã, permanecendo o trabalho de rescaldo e resfriamento até o fim da tarde da segunda.

A ANP iniciou processo administrativo de investigação do acidente e ressaltou que a medida cautelar de interdição não inclui as operações de tancagem e utilidades, desde que não afetadas pelo acidente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: BR quer acelerar parcerias para loja de conveniência

A BR Distribuidora quer acelerar nos próximos meses a busca por um parceiro estratégico para alavancar sua área de conveniência. O novo gerente-executivo do negócio de varejo da companhia, Leonardo Burgos, se diz "impressionado" com a quantidade de interessados em se associar à BR e conta e que a empresa está aberta a discutir diferentes modelos de parceria, de forma a aumentar a capilaridade de suas lojas.

Hoje, a BR é líder na venda de combustíveis, no país, mas apesar de ter a maior rede de postos, tem cerca da metade do peso de sua maior concorrente, a Ipiranga, no negócio de conveniência. De acordo com dados da Plural, associação que representa as distribuidoras, a BR Mania fechou 2017 com 17,4% das lojas de conveniência do Brasil e com um faturamento de R\$ 1,25 bilhão, enquanto a am/pm, da Ipiranga, tem 30,6% das lojas e faturou R\$ 2,15 bilhões.

Segundo Burgos, o avanço do modelo de parceria ainda depende da contratação do assessor financeiro, que deve ser fechada "em breve". Ele considera difícil a tarefa de sacramentar ainda neste ano uma parceria, mas espera chegar ao fim do ano com as conversas adiantadas e com memorandos

de entendimento assinados. Neste momento, a BR está avaliando possíveis modelos de parceria.

"Não há nada fora da mesa. O que está claro é que a BR não sai disso [do negócio de conveniência]. Nosso movimento é para fortalecer esse negócio e há várias formas de fazer isso. Uma parceria é possível, mas em que formato? Pode ser uma JV [joint venture]? Pode. Uma aliança estratégica diferente? Pode", disse Burgos.

De acordo com o gerente, a empresa cogita desde parcerias com redes de fast food a farmácias e gigantes do varejo. Questionado se a parceria significará a entrada de dinheiro em caixa para BR, Burgos explicou que tudo dependerá do modelo final da parceria, mas destacou que o objetivo essencial da operação não é gerar caixa, mas sim "destravar valor" no segmento de conveniência.

"Não estamos fazendo isso por causa do caixa. É claro que temos um ativo que é valioso e no modelo de negócios que encontrarmos levaremos isso em consideração, mas estamos fazendo isso porque tem uma importância estratégica para nós", afirmou.

Burgos disse que toma a Ipiranga como referência e que vê potencial para dobrar o grau de penetração das lojas de conveniência dentro dos negócios da distribuidora. A empresa possui 1,3 mil lojas BR Mania, o que representa uma penetração em 16% de sua rede de postos da companhia.

"Queremos continuar expandindo. A Ipiranga tem um grau de penetração de 29%. Vamos utilizar a Ipiranga como "benchmark". Se chegarmos a isso [29%], quase que dobramos [o grau de penetração] e assumimos a liderança em conveniência", disse.

Burgos reforçou, ainda, o potencial de mercado da BR nesse segmento, ao afirmar que a distribuidora possui 8,3 mil postos e que apenas os Correios têm mais pontos de venda do que a empresa no país. "Temos as melhores esquinas, os melhores pontos [de venda]. Isso tem um valor enorme e não estamos tirando todo o proveito disso", afirmou.

Além da conveniência, a BR também quer incrementar o seu programa de fidelização, o Premmia, setor hoje também liderado pela Ipiranga. Ex-Dunhumby, empresa de ciência de dados, Burgos disse que assumiu a nova gerência com um foco claro: desenvolver o varejo para além da venda de combustíveis. O plano, segundo ele, é não só aumentar o número de membros de seu programa - hoje são 12 milhões de usuários - como também melhorar os canais de relacionamento com o cliente, numa tarefa passa pela aposta em inovação.

Burgos conta que os postos e lojas da BR movimentam hoje cerca de 2 milhões de transações por dia, mas que apenas "uma fração" disso passa pelos programas de fidelização. Ele compara com outros segmentos do varejo. "O céu é o limite [como potencial de crescimento]. As farmácias capturam hoje 90% das suas transações por meio de seus programas de fidelização. Não enxergo nada menos do que isso como potencial", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: CSN sinaliza às montadoras alta de preço em até 30% para 2019

A sustentação dos altos preços do aço no mercado internacional somou-se à disparada do dólar ante o real e à inflação de custos para fazer a primeira siderúrgica anunciar que vai recompor o valor de seus produtos.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) avisou os consumidores da rede de distribuição que vai elevar os preços de todos os tipos de aço a partir de 3 de setembro. E, na esteira dos últimos aumentos, já revelou que na negociação dos contratos semestrais de fornecimento com as montadoras, pedirá atualização em linha com o que já praticou ao resto do mercado.

De acordo com Luis Fernando Martinez, diretor comercial da CSN, o reajuste terá de ficar entre 25% e 30% para as montadoras em 2019 por conta dessa recomposição. Já em setembro, distribuição e indústria receberão nova alta de 10,25%, após aumento de 12,25% para laminados a quente e a frio e de 10,75% para zincados durante agosto.

A negociação entre siderúrgicas e montadoras geralmente se dá entre o terceiro e quarto trimestres e é a mais dura do setor. Como o volume de aços planos consumido pelas fabricantes é muito grande - um quinto da produção nacional -, elas têm grande poder de barganha.

A valorização do dólar ante o real, chegando a mais de R\$ 4, já encarece suficientemente a compra de matérias-primas pelas siderúrgicas, explica Martinez. O carvão metalúrgico chegou a US\$ 250 por tonelada e o coque, a US\$ 360, conta. O reajuste de setembro valerá para laminados a quente - onde, segundo o executivo da CSN, a concorrência está mais ferrenha - e a frio, além de galvanizados, folhas metálicas e até aços longos.

No segmento de planos, destinados às montadoras, já havia um desconto médio de 6% sobre o importado antes dos aumentos. Se aplicados, os reajustes levarão o produto nacional para um prêmio de 2% a 4%. No caso de longos, desde o começo do ano o produto nacional é mais barato que o estrangeiro.

"Somos focados na distribuição de longos, então conseguimos passar esses reajustes, mesmo com as construtoras sendo relutantes", conta Martinez. "E os índices da construção têm demonstrado tendência positiva ou fim da queda, principalmente no Sudeste, onde atuamos com maior força."

Em termos de aço, o Brasil é tomador, e não formador de preços. As empresas seguem o comportamento do mercado mundial, principalmente da China, de perto. A volatilidade do mercado de ferrosos chinês e do câmbio por aqui trouxeram também instabilidade à cotação brasileira (*ver gráfico acima*).

O respiro da construção fez com que a CSN também reajustasse o preço do cimento, em R\$ 1,60 a R\$ 1,80 por saco. O executivo considera fundamental repassar o máximo possível dos custos ao cimento, mas especialmente do frete. Segundo ele, o tabelamento afeta tanto o transporte do material que a companhia considera contratar uma frota própria de caminhões, com ajuda de um operador, e busca outras alternativas.

A decisão final deve ser tomada hoje, quando haverá uma definição do governo sobre o assunto do frete.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Produtoras do pré-sal despontam como fornecedoras de gás

Ao todo 12 distribuidoras de gás canalizado lançaram este mês uma iniciativa conjunta para buscar novos fornecedores de gás natural. Duas chamadas públicas estão em andamento neste momento para contratação de gás para as companhias do Nordeste e Centro-Sul. Entre as potenciais candidatas a entrarem na concorrência estão não só a Petrobras, hoje praticamente a única fornecedora do mercado, como também as demais petroleiras que produzem gás no Brasil e na Bolívia, as importadoras de gás natural liquefeito (GNL) e as comercializadoras.

Entre as convidadas pelas concessionárias estão as atuais e futuras produtoras de gás do pré-sal (Petrobras, Shell, PetroChina, Equinor, ExxonMobil e BP), e

outras produtoras nacionais, como a PetroRio e Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), que possuem participação no campo de gás de Manati, da Bahia. As distribuidoras veem como alternativas à Petrobras as companhias que produzem gás na Bolívia (como a Gazprom), as empresas que atuam no setor de GNL (Mitsui, Cheniere, Gás Natural Açú, GolarPower e Engie), além de comercializadoras (como Ecom e Tradener).

As chamadas públicas são uma forma de buscar novos fornecedores e melhores condições de contrato, em meio às perspectivas de redução da participação da Petrobras no mercado de gás natural e diante da proximidade do fim dos contratos com a estatal.

Num esforço conjunto, GasBrasiliiano (SP), Compagas (PR), SCGás (SC), Sulgás (RS) e MSGás (MS) se uniram para promover uma chamada pública para aquisição de cerca de 12 milhões de metros cúbicos diários (m^3 /dia), para a partir de 2020. Já no Nordeste, Algás (AL), Bahiagás (BA), Cegás (CE), PBGás (PB), Copergás (PE), Potigás (RN) e Sergás (SE) farão uma segunda chamada para contratação de 9 milhões de m^3 /dia, também para a partir de 2021.

Os contratos serão assinados entre cada distribuidora e supridor. A ideia de se juntarem é dar escala ao processo de contratação e, assim, atrair a atenção dos grandes fornecedores. Juntas, as 12 empresas representam 35% do mercado brasileiro de distribuição.

As propostas devem ser entregues até 10 de outubro (distribuidoras do Centro-Sul) e 8 de novembro (Nordeste). A assinatura do contrato deve ficar para julho de 2019.

Ao mesmo tempo, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) criou um grupo de trabalho para discutir a concentração de mercado da Petrobras no setor de gás natural.

MME / ASCOM .